



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Departamento Administrativo e Financeiro
Palácio Frei Miguelinho

ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2018

Aos 18/06/2018, às 10h00, na **CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN CNPJ n.º 08.456.899/0001-63**, com sede na Rua Jundiáí, 546 – Tirol – Natal/RN, neste ato representada pelo seu Presidente, o Vereador **Sr. RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF N.º 392.411.574-53, residente e domiciliado na Rua Humberto Monte, 1850 - Apto 1201, Capim Macio, Natal/RN, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º **004/2018**, cujo objetivo fora a formalização de **Registro de preços para** o fornecimento de materiais de expediente, conforme especificações constantes do termo de referência, a qual constitui-se em **documento vinculativo e obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei n.º 8.666/93, regulamentado pelo Decreto n.º 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

A empresa **RMS DA SILVA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.165.472/0001-46, telefone n.º (084) 3645-0591, e-mail: ff_distribuidora@yahoo.com.br, localizada na Rua Brigadeiro Pessoa Ramos, n.º 68 – Cohabinal – Parnamirim/RN, neste ato representada pela **Sra. RENATHA MAYARA SOBRINHA DA SILVA**, brasileira, solteira, natural de Natal/RN, empresária, CPF n.º 102.480.864-56.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o sistema de registro de preços para o eventual fornecimento de materiais de expediente, conforme especificações constantes do Termo de Referência, contados a partir da assinatura da presente ata, de acordo com a especificação abaixo, o preço registrado, o quantitativo, a empresa fornecedora e o nome do representante legal, em obediência à ordem de classificação das propostas, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentadas, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrariem.

LOTE 03

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | MARCA/MODELO | VI. UNIT. | TOTAL |
|--------------|---|-----|-----|-----------------------------|------------|----------------------|
| 1 | Fonte de alimentação p/ microcomputador; ATX; 500w – reais; 110-220v | UND | 30 | BLUECASE/PFC | R\$ 159,90 | R\$ 4.797,00 |
| 2 | HD 500GB interno, Sata3, 7200RPM, 3,5 polegadas. | UND | 20 | SEAGATE/ST500DM002 | R\$ 240,00 | R\$ 4.800,00 |
| 3 | HD 1TB Portátil, USB 3.0, não necessitando cd de instalação, não necessitando alimentação externa, com suporte a duas formas de backup; cópia automática dos arquivos conforme programação ou em tempo real; o mesmo deve possuir software. | UND | 30 | TOSHIBA/HDTB310XK 3AA | R\$ 310,00 | R\$ 9.300,00 |
| 4 | HD 3TB interno, Sata 3, 7200 RPM, 3,5 polegadas. | UND | 15 | HITACHI/HUA723030 ALA641 | R\$ 552,00 | R\$ 8.280,00 |
| 5 | Mouse USB, óptico, com scroll | UND | 50 | MULTILASER/CLASSIC | R\$ 10,90 | R\$ 545,00 |
| 6 | Pen-drives 16 GB, USB 2.0 ou superior | UND | 50 | MULTILASER/TWIST | R\$ 35,40 | R\$ 1.770,00 |
| 7 | Pen-drives 64 GB, USB 2.0 ou superior | UND | 12 | SANDISK/CRUZER BLASE | R\$ 136,00 | R\$ 1.632,00 |
| 8 | Teclado USB, ABNT II | UND | 12 | MULTILASER/SLIM | R\$ 23,00 | R\$ 276,00 |
| TOTAL | | | | | | R\$ 31.400,00 |



N.º PROCESSO _____
FLS. N.º _____
ASS.: _____

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Departamento Administrativo e Financeiro
Palácio Frei Miguelinho

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE FORNECIMENTO

Os produtos ora licitados, serão fornecidos na forma de indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL, obriga-se a:

- a) Notificar o fornecedor registrado, por meio da emissão de Ordem de Compra – OC e/ou emissão da Nota de Empenho, a ser repassada via fax ou via telefone, para que a mesma seja retirada;
- b) Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local do Fornecimento desde que observadas as normas de segurança;
- c) Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no Fornecimento;
- d) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;
- e) Realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade, a qual deverá ser realizada pelo órgão gerenciador, no mínimo, a cada 04 (quatro) meses após o início da vigência da ata, ou por outro órgão ou entidade no caso de solicitação de autorização para utilização ou adesão à ata, quando estes forem obrigados a efetuar pesquisa de preços, observando-se o disposto no §2º do art. 23 do Decreto Municipal N.º 11.005/16.

Parágrafo único – Esta Ata não obriga a CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN, a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objeto, observada a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, no caso de haver igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- a) Assinar esta Ata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação;
- b) Retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado da convocação;
- c) Informar no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do Fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste;
- d) Fornecer o produto solicitado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação da Ordem de Compra ou da nota de empenho, via e-mail ou fax;
- e) Fornecer o produto conforme especificação na **Cláusula Primeira** e preço registrado;
- f) Providenciar o imediato complemento ou substituição de unidades, no caso de a quantidade e/ou a qualidade do Fornecimento não corresponder ao especificado no edital, no prazo de imediato, sem implicar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de penalidade;
- g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciadores e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- h) Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços e/ou contrato todas as condições da habilitação, inclusive quanto a regularidade fiscal e trabalhista.



| |
|--------------------|
| N.º PROCESSO _____ |
| FLS. N.º _____ |
| ASS.: _____ |

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Departamento Administrativo e Financeiro
Palácio Frei Miguelinho

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- a) A vigência da Ata de Sistema de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços - ARP, eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste Instrumento, no aspecto operacional e contratual, caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro da CMN, competindo-lhe:

- a) Encaminhar a solicitação do Fornecimento que vierem a ser adquiridos através da Ordem de Compra – OC, seguindo a classificação e as quantidades estipuladas no edital do Pregão n.º 004/2018.
- b) Efetuar controle dos fornecedores dos preços, dos quantitativos fornecidos, das especificações dos Fornecimentos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- c) Monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços do Fornecimento, de forma a avaliar o mercado constantemente, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados;
- d) Notificar o fornecedor registrado via e-mail ou fax, para retirada da nota de empenho;
- e) Observar, durante a vigência da presente Ata que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou regularização de documentos vencidos;
- f) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- g) Consultar o fornecedor registrado, observada a ordem de classificação, quanto ao interesse em fornecer a outro órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar o presente ARP;
- h) Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

Parágrafo primeiro – As pesquisas de mercado, atendendo a conveniência e o interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados, a especificação do Fornecimento, o quantitativo, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes dos Anexos desta Ata, conforme ordem de classificação das posturas.

Parágrafo primeiro – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.



| |
|--------------------|
| N.º PROCESSO _____ |
| FLS. N.º _____ |
| ASS.: _____ |

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Departamento Administrativo e Financeiro
Palácio Frei Miguelinho

Parágrafo segundo – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a CMN, poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento; e
- b) Convocar os demais fornecedores, visando a conceder-lhes igual oportunidade de negociação.

Parágrafo terceiro – Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo quarto – Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Departamento Administrativo e Financeiro da CMN para determinado item.

Parágrafo quinto – As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas no Diário Oficial do Município de Natal/RN.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito:

I – por iniciativa da Administração:

- a) Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando o fornecedor não assinar a ordem de Fornecimento no prazo estabelecido;
- c) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do pactuado;
- e) Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela CMN.

Parágrafo primeiro - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

CLAUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

- a) No ato do recebimento, o Departamento Administrativo e Financeiro da CMN, por intermédio de um servidor designado para tal fim, procederá à conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento assinando-se o canhoto do respectivo documento fiscal de Fornecimento;



| |
|--------------------|
| N.º PROCESSO _____ |
| FLS. N.º _____ |
| ASS.: _____ |

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Departamento Administrativo e Financeiro
Palácio Frei Miguelinho

b) Definitivamente, em até 10 dias corridos após o fornecimento, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos da nota de empenho.

Parágrafo único – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante crédito em conta-corrente da contratada, por ordem bancária, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e as devidas certidões negativas atualizadas e mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação.

Parágrafo primeiro – Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o fornecedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, o fornecimento parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) Multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto, limitado a trinta dias de atraso;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo primeiro – As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração da MD-CMN/RN poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Parágrafo segundo – Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga poderá ser objeto de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo terceiro – Se o motivo do descumprimento contratual ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



| |
|--------------------|
| N.º PROCESSO _____ |
| FLS. N.º _____ |
| ASS.: _____ |

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Departamento Administrativo e Financeiro
Palácio Frei Miguelinho

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA
CPF Nº 392.411.574-53
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN
CNPJ: 08.456.899/0001-63
CONTRATANTE

RENATHA MAYARA SOBRINHA DA SILVA
CPF Nº 102.480.864-56
RMS DA SILVA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI – EPP
CNPJ: 13.165.472/0001-46
CONTRATADA

TETEMUNHAS:

1ª _____ - CPF: _____

2ª _____ - CPF: _____